

Riscos da Importação de Camarão para os Crustáceos Cultivados e Nativos do Brasil.

Itamar de Paiva Rocha, Engº de pesca, CREA 7226-D
abccam@abccam.com.br

O camarão cultivado do Brasil, em 2003 chegou a ocupar o 2º lugar na pauta das exportações do setor primário da Região Nordeste, com 58.450 toneladas métricas e US\$ 226 milhões, o que representou 55% dos US\$ 427,92 milhões gerados pelas exportações do setor pesqueiro brasileiro. Com destaque para o fato de que no referido ano, esse produto ocupou o primeiro lugar (25%) das importações de camarão pequeno e médio dos Estados Unidos seguido pela China (20%), Tailândia (12%) e Equador (9%).. Adicionalmente, em 2004, com o redirecionamento das exportações para a Europa, o camarão cultivado do Brasil ocupou o primeiro lugar das importações de camarão tropical da União Europeia e da França e o segundo lugar da Espanha.

Entretanto, com a vigência da ação antidumping imposta pelos Estados Unidos ao camarão de vários países, inclusive do Brasil, sequenciada pela desvalorização cambial, sem qualquer compensação financeira, o camarão brasileiro perdeu competitividade nas exportações, de tal ordem, que a partir de 2004-2006 teve que sair do mercado norte americano e europeu, obrigando o produtor brasileiro a reduzir sua produção e a reorientar suas vendas para o mercado interno.

Como resultado desse esforço de promoção e adequação a nova realidade mercadológica, a participação do camarão cultivado do Brasil no mercado brasileiro, foi elevada de 22,0% em 2003 para 100% em 2012.

Esse favorável desempenho do mercado interno se constituiu a alternativa de maior viabilidade para a recuperação econômica da carcinicultura brasileira. Notadamente, pelos efeitos positivos da acertada decisão do Ministério da Agricultura que desde 1999, proibiu a importação de crustáceos (**IN 39/1999 do MAPA**) para proteger os crustáceos brasileiros e a carcinicultura nacional, contra as doenças de origens virais que afetam os crustáceos marinhos a nível mundial.

Graças à acertada decisão do MAPA, o Brasil tem impedido a introdução das principais doenças que tem causado pesadas perdas econômicas à carcinicultura mundial. Inclusive, a prova mais real de que o Governo Brasileiro tomou a decisão correta e legal, pode ser confirmada pela constatação de que em todos esses anos (13), nunca houve uma contestação contrária, na OMC ou no MERCOSUL. Naturalmente, porque as restrições impostas às referidas importações sempre se fundamentaram na defesa da sanidade dos crustáceos nativos e cultivados do Brasil, tendo em vista preservar tanto o imenso potencial que o Brasil detém para a exploração dessa atividade, em todas suas macrorregiões, como a importante produção extrativa de camarão, caranguejos e lagostas, cuja contribuição econômica e social é de fundamental importância para a pesca artesanal e industrial.

Não obstante o favorável desempenho do mercado interno e, por conseguinte, do setor carcinicultor, os produtores de camarão, se sentem inseguros e permanentemente ameaçados pelas reiteradas tentativas do MPA de abrir as importações de camarão, atendendo, reivindicações de importadores, que não tem preocupação com os graves riscos sanitários que essas operações poderiam trazer para o Brasil, tanto para sua indústria de carcinicultura, como para a pesca extrativa de camarão, lagosta e caranguejos.

Aliás, essa é uma ameaça que só começou a preocupar o setor carcinicultor e extrativo de crustáceos, quando o controle das autorizações para importação de pescado passou a ser de responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), pois durante 13 anos, período da vigência da IN 39/99 do MAPA, não ocorreu nenhuma autorização para importação de camarões pelo Brasil. O que deixa o setor carcinicultor perplexo com essa atuação do MPA é o fato de que a ABCC e o CONEPE tiveram uma atuação destacada para a criação e aprovação desse Ministério, que hoje se volta contra esses estratégicos setores da economia pesqueira nacional.

Nesse sentido, primeiro se destaca que a Ex-ministra Ideli Salvatti foi induzida a dispensar a realização da Análise de Risco de Importação (ARI) para o camarão selvagem da Argentina (*Pleoticus muelleri*), o que foi sequenciada por uma pronta reação da ABCC/CONEPE, culminando na revogação da medida pelo então Ministro Luis Sergio, o qual, inclusive, assumiu o compromisso público de que a ABCC em representação do setor carcinicultor faria parte da equipe técnica que fosse realizar qualquer ARI para camarões. A referida decisão restabeleceu o bom senso e colocou ordem em um assunto muito caro para a

carcinicultura brasileira, cujos fundados compromissos com o desenvolvimento social, com o meio ambiente e, com a preservação da biodiversidade brasileira de crustáceos, sempre foram priorizados.

Por isso, não entendemos e evidentemente nunca poderemos concordar com mais uma precipitada e sorrateira decisão do MPA, com base numa ARI, requeitada pelo seu setor competente, que mesmo tendo sido alertado, por correspondências acompanhadas de farto material bibliográfico, da comprovação científica da ocorrência do **vírus da mancha branca (WSSV) nas populações de camarões selvagens da Argentina e dos riscos associados, inclusive para as populações naturais de camarões, lagostas e caranguejos**, desconsiderou todos esses alertas e uma vez mais, emitiu parecer favorável á importação do *P. muelleri*.

Tal fato configurou-se uma real ameaça e uma temeridade, contrariando os legítimos interesses do Brasil e favorecendo interesses contrariados da Argentina, pois todos sabem que o Brasil nunca importou esse tipo de camarão daquele país, cujo destino sempre foi a Espanha, que, em retaliação a expropriação da Petrolífera Espanhola (PDVISA), teve sua importação suspensa, exatamente por tratar-se de um produto oriundo da Província natal da Presidenta Cristina Kirchner.

A discordância do setor no tocante a essa equivocada decisão do MPA, tem como base, além dos reais riscos sanitários, o fato de que o referido país produz sazonalmente o camarão extrativo da espécie *Pleoticus muelleri* cuja liberação para importação abrirá uma verdadeira cancela para a triangulação do camarão equatorial, panamenho, colombiano e asiático, sob as benesses da bandeira do MERCOSUL, todos com registro de doenças notificáveis pela OIE, como, aliás, já vem ocorrendo com diversos outros produtos exportados pela Argentina para o Brasil. Mesmo assim a equipe técnica da SEMOC/MPA, com base numa ARI eivada de erros, concluiu pela liberação da importação deste camarão, desconsiderando vários trabalhos científicos (incluindo autores da própria Argentina, (ref. ¹ a ⁵), que haviam sido levados ao conhecimento do MPA, mostrando que o estado sanitário das populações naturais de camarões do mar da Argentina, incluindo a mencionada espécie, está comprometido por doenças virais de notificação obrigatória pela OIE, o que significa dizer que sua importação representará uma real ameaça para a sanidade dos crustáceos naturais e cultivados do Brasil. Esta é a nossa posição presente e futura frente ao Governo Federal/MPA, ao Congresso Nacional, aos Governos Estaduais e à sociedade brasileira.

Portanto, não resta a menor dúvida de que o MPA (Governo Brasileiro) está cometendo um grave equívoco – que atende a interesses de alhures –, ao desconsiderar uma realidade amplamente conhecida, de que a introdução dos vírus que afetam os crustáceos de vários países, teve origem nas importações de camarão de países afetados.

¹ Martorelli, et al., 2010 – First report of viral pathogens WSSV and IHHNV in Argentine crustaceans [Note]:

Resumo Executivo: Os vírus patogênicos de camarões peneídeos, vírus da síndrome da mancha branca (WSSV) e vírus da necrose hematopoiética infecciosa e hipodérmica (IHHNV) são relatados pela primeira vez da Argentina, ambos ocorreram em crustáceos selvagens no estuário Bahía Blanca.

² Martorelli, et al., 2012 – New location and parasitological findings for the invasive shrimp *Palaemon macrodactylus* in temperate southwestern Atlantic coastal waters:

Resumo Executivo: A prevalência do vírus da síndrome da mancha branca (WSSV) foi de 10% no estuário Bahía Blanca. Resultados sugerem fortemente que WSSV está se espalhando em populações de crustáceos em mar Argentino e que *P. Macrodactylus* desempenha um importante papel na ecologia de infecções por parasitas neste ambiente.

³ Hameed, et al., 2001 – White spot syndrome virus WSSV in two species of freshwater crabs (*Paratelphusa hydrodomous* and *P. pulvinata*):

Resumo Executivo: A suscetibilidade de duas espécies de caranguejo de água doce, *Paratelphusa hydrodomous* e *P. pulvinata*, ao WSSV foi testada por via oral e intramuscular. Os resultados revelaram que os caranguejos foram tão suscetíveis ao WSSV quanto os camarões marinhos apresentando uma mortalidade de 100% em ambas as espécies.

⁴ Musthaq, et al., 2006 – Experimental transmission and tissue tropism of white spot syndrome virus (WSSV) in two species of lobsters, *Panulirus homarus* and *Panulirus ornatus*:

Resumo Executivo: A suscetibilidade de duas espécies de lagostas, *Panulirus homarus* e *Panulirus ornatus*, ao vírus da mancha branca (WSSV) foi testada por via oral e intramuscular. Resultados revelaram que o WSSV causou 100% de mortalidade de ambas as espécies, quando o vírus foi administrado por via intramuscular.

⁵ Martorelli, S. R.; 2013 - Current state of knowledge about oie-notifiable viral pathogens in crustaceans from argentina:

Resumo Executivo: Desde 2003, duas das mais importantes species da camarão comercializada na Argentina (*Artemesia longinaris*, e o *Pleoticus muelleri*) foram examinados junto com outros crustáceos de especial interesses ecológico, com relação a parasitas, epibionticos e patógenos. Em 2008, em várias specimens de camarões peneídeos, *A. longinaris* originários do estuário da Bahía Blanca foram detectadas com numerosos sinais de WSSV na carapaça do cefalotórax. Em alguns desses espécimes, os estudos histológicos (H&E) mostraram a presença de corpos de inclusão, Crowdy type A, geralmente coincidentes com a presença da doença da mancha branca (WSSV/WSD).

Além dessas informações, se destaca que, recentemente, 4 artigos científicos publicados no renomado periódico *Journal of Invertebrate Pathology*, da Editora Elsevier, apresentaram uma série de críticas ao comércio de crustáceos sem nenhum tipo de regulação, o que resultou na introdução de patógenos que se disseminaram nos recursos hídricos de diversos países, contaminando populações naturais de crustáceos nativos, impactando, conseqüentemente, de forma negativa, a produção pesqueira.

Resumidamente, os referidos artigos sugerem que os Países importadores reduzam ao máximo as importações de crustáceos de países onde há a ocorrência de viroses, em especial o WSSV, e invistam significativamente na formação de centros de diagnósticos de enfermidades em organismos aquáticos. Essas recomendações são reforçadas no artigo intitulado *International and national biosecurity strategies in aquatic animal health*. Oidtmann, B.C. et al., 2011. *Aquaculture*, 320: 22-33.

Como pode ser visto nos quadros apresentados a seguir, o camarão da Argentina, que o Brasil nunca importou, em realidade, é apenas uma forma de tentar derrubar uma barreira sanitária que perdura com sucesso há 13 anos. Pois em realidade, já estão em gestação vários processos de ARI de camarões com vistas a liberação de suas importações, com destaque para: Equador, Panamá, Senegal, Índia e Noruega (Tabela 01)

Tabela 01: ARI Camarão, www.mpa.gov.br :(27/12/2012).

Camarão: Processo de Análise de Risco de Importação – ARI			
Commodity	Finalidade	Origem	Situação
Camarões congelados da espécie <i>Pleoticus muelleri</i> originários de pesca extrativa	Consumo humano	Argentina	Finalizada
Camarões sem cabeça, descascados e congelados originários da aquicultura	Consumo humano	Equador	Identificação dos perigos
Camarões crus congelados originários de aquicultura	Consumo humano	Panamá	Identificação dos perigos
Camarões congelados da família Penaidae, originários da pesca extrativa	Consumo humano	Senegal	Identificação dos perigos
Camarões da espécie <i>Solenocera cassicornis</i> originário de pesca extrativa	Consumo humano	Índia	Identificação dos perigos
Camarões <i>Pandalus</i> spp., originários de pesca extrativa	Consumo humano	Noruega	Identificação dos perigos

O pretexto do camarão da Argentina, com históricos de serem portadores de vírus de doenças (WSSV e IHNV) de notificação obrigatória pela OIE, visa sobretudo abrir precedentes para escancarar as comportas para a entrada de camarões cultivados desses outros países, cujos processos de pedido de liberação de importações já estão em análise, pela mesma equipe técnica do MPA.. Em realidade, o *P. muelleri* seria um pano de fundo para o objetivo principal dos mentores da sua ARI, que estão por trás dessa tentativa do MPA de burlar a proibição das importações de crustáceos pelo Brasil, que não pode ser quebrada, sem o concurso da desobediência a uma Normativa Jurídica, pois tanto a In 39/99 (MAPA) como a IN 14/2010 (MPA), são muito claras sobre os condicionantes da ARI (Análise de Risco de Importação), para que sejam permitidas qualquer importação de crustáceos.

Diante de tantas evidencias sobre os riscos que a importação de camarão traz para o país importador e tendo presente que o Brasil nunca importou camarão da Argentina, como pode a equipe técnica da SEMOC/MPA concluir uma ARI favorável a importação do camarão *Pleoticus muelleri* da Argentina? Primeiro porque se trata de um camarão oriundo de uma área cuja prevalência de WSSV e IHNV, ambas de notificação obrigatória pela OIE, já é de 10% nas populações naturais de crustáceos no mar da Argentina e, segundo, porque é um camarão oriundo da pesca extrativa, cuja produção é sazonal, além disso, vindo de um país que corriqueiramente utiliza a prática da triangulação de produtos exportados para o Brasil, sob as benesses tarifárias do MERCOSUL, o que, no mínimo, requer a adoção do princípio da precaução, tendo em vista que a entrada de camarões do Equador, Panamá, Colômbia, Índia, China e Vietnã, afetados por dezenas de doenças virais, via triangulação, é perfeitamente previsível e, será uma questão de dias.

Por outro lado, os aspectos econômicos e sociais que adicionalmente embasam a preocupação setorial e, certamente não deixam margens para dúvidas sobre o equívoco e o despropósito da ARI do Camarão *P. muelleri* da Argentina, elaborada pela SEMOC-MPA, que equivocadamente concluiu pela liberação da sua importação, podem ser mais bem avaliadas quando se analisa as informações descritas a seguir:

1- O Brasil, com uma área potencial estimada em 1.000.000 de hectares, altamente apropriados para a exploração da carcinicultura, utilizou apenas 20.000 ha (2%) em 2011, cuja produção de 70.000 t contribuiu para a geração de R\$ 1,0 bilhão de reais e 70.000 empregos, dos quais, 88% foram ocupados por mão de obra com a mínima qualificação profissional.

2- O Equador, com pouco mais de 600 km de costa e uma deficiente malha rodoviária e energética, explorou 180.000 ha com o camarão cultivado em 2010, produzindo 230.000 t, cuja exportação de 142.000 t, gerou US\$ 805 milhões de dólares. Enquanto isso, o estado do Ceará, líder da carcinicultura brasileira, com praticamente a mesma linha de costa, explorou pouco mais de 6.500 ha, produzindo 32.000 t, sem qualquer volume/valor exportado em 2011.

3- A Tailândia, com uma linha de costa igual à da Região Nordeste, explorou 60.000 ha, produzindo 600.000 t, das quais 250.000 t, correspondente a US\$ 2,4 bilhões foram exportadas em 2011. Com o destaque, para o fato de que a diferença da taxa de dumping imposta pelo Departamento de Comércio dos EUA entre a Tailândia (5,95%) e o Brasil (7,05%) foi de apenas 1,1%, sendo que enquanto as exportações de camarão brasileiro para os EUA decresceram de 21.783 t/US\$ 96,8 milhões em 2003 para zero (0,0) em 2011, as exportações da Tailândia cresceram de 133.226 t/US\$ 997,7 milhões em 2003, para 185.836 t/US\$ 1,72 bilhão em 2011.

4- O Vietnã, com uma área territorial de apenas 320.000 km², explorou 850.000 ha com camarão cultivado, cuja produção de 478.700 t, colocou o país no terceiro lugar em termos mundial na produção de camarão cultivado em 2010.

Em realidade, o Brasil, cujo potencial de exploração da aquicultura é infinitamente superior a qualquer outro país, inclusive da China, amargou, pela crônica falta de políticas públicas e prioridades para o incentivo e desenvolvimento da aquicultura, uma participação medíocre, correspondente a apenas 0,6% (480.129 t) da produção mundial (78.945.001 t) desse setor em 2010. Além disso, quando se analisa a participação do Brasil (0,09%), na produção mundial da maricultura (17.648.793 t), esse desempenho é ainda mais sofrível, conforme reportou a FAO para o ano de 2010 (FAO, 2011).

Na contramão da tendência e do incentivo dispensado em termos mundiais, para o aumento da produção de pescado, via aquicultura, única forma de manter a oferta atual de pescado, o Brasil, vem priorizando as importações (**363.019 t/ US\$ 1,23 bilhão em 2012**) de um produto que deveria ser líder mundial da sua produção, inclusive da **China (que produz 50 vezes mais pescado que o Brasil, mas que já é o terceiro maior importador mundial desse setor, cujo volume importado em 2010, correspondeu a 2 vezes a produção brasileira de pescado)** e do **Vietnã, de qualidade ambiental e sanidade duvidosas**, cuja desleal concorrência, amparada por incentivos financeiros, legislação trabalhista e florestal sem as amarras impostas aos produtores brasileiros, desestimulam e colocam a aquicultura brasileira em real desvantagem comparativa.

Nesse contexto se destaca que o generalizado amadorismo e a real incompetência no planejamento e na administração da política pesqueira brasileira, em especial para o setor aquícola, vêm contribuindo para que as excepcionais condições naturais, ambientais e infraestruturais que o Brasil apresenta em todas suas macrorregiões não sejam exploradas nem no mínimo das suas possibilidades. Isso, num total desrespeito ao fato de que a piscicultura marinha no Nordeste, remonta da ocupação holandesa (Século XVII) e, a tecnologia que revolucionou a aquicultura mundial, a hipofisacção, foi descoberta sob a luz de lamparina, no açude Bodocongó (Campina Grande, PB) em meados da década de 20 do século passado.

A título de reflexão e maior compreensão, sobre os equívocos da política aquícola brasileira, em realidade, a única alternativa de maior viabilidade para o aumento da produção de pescado do Brasil, apresenta-se o exemplo do desempenho do setor das carnes, incluído o frango, em que o país participou com 34% (US\$ 16 bilhões) do valor das suas importações mundiais (US\$ 46 bilhões) em 2011, ao passo que sua participação nas importações mundiais de pescado (111,11 bilhões) foi de apenas US\$ 245 milhões (0,25%) em 2010.

Pelo acima exposto, não paira a menor dúvida sobre a necessidade, aliás, urgentemente, de mudanças de rumo e priorização de incentivos ao setor aquícola brasileiro. Com a palavra o MPA/Governo

Federal e os Governos Estaduais. Pois certamente, os pescadores, trabalhadores rurais, aquicultores e a população brasileira merecem melhor tratamento, em termos de oferta de um: alimento nobre, de empregos decentes, oportunidades de negócios, renda e, vida com dignidade na zona rural do litoral e do interior do país.

Mas com certeza, não será pela via das importações, notadamente de camarões da Argentina. Por isso, da nossa parte, faremos o possível e o impossível para evitar a perpetuação desse proposita equívoco, inclusive pelos meios jurídicos. .

Por isso, fazemos um apelo a todo o setor, para que não se deixem impressionar por informações do tipo “é uma decisão da **Presidenta Dilma**” e “são apenas 5.000 t”, ou ainda, “mais dias menos dias o Brasil ia ter que importar”, pois tudo isso é conversa fiada, que interessa a VIVENDA DO CAMARÃO e alguns outros incautos, ainda enrustidos, mas que logo vão ter que mostrar a cara. Fiquem atentos e levem sempre em consideração que a defesa sanitária sempre será uma prioridade no Brasil e não há qualquer perspectiva, de em curto e médio prazos, ocorrerem mudanças na conjuntura sanitária que afetam as populações de camarões, cultivados/extrativos, no contexto mundial.

Muito pelo contrário, pois já são 35 doenças ou cepas virais, cada uma mais perigosa que a outra, onde a TSV-5 e a IHNV-4 por exemplos, são bem mais letais do que as cepas anteriores. Ou seja, não aceitem nenhuma alusão de fatalidades, do tipo o vírus já está em tal Estado e logo vai chegar aqui ou ali. Isso não é pecado original, que se nasce com ele e temos que carregar a vida toda (Tabela 02).

Tabela 02: Principais agentes etiológicos que afetam a carcinicultura mundial.

País de origem	Etiologia/genótipos presente no país (listada na OIE em 2012) e ausente no Brasil	Etiologias/genótipos presentes no país de origem com potencial para listagem ou re-listagem na OIE	Alto risco de introdução no Brasil pela importação de camarão congelado, pós-larvas e reprodutores
China	YHV/GAV, MrNV, WSSV, TSV-3	HPV, ASDD, LSNV(MSGS), LOVV, EMS	YHV/GAV, MrNV, TSV-3, HPV, ASDD, LSNV(MSGS), WSSV, LOVV, EMS
Tailândia	YHV/GAV, MrNV, WSSV, TSV-3, IHNV-1	HPV, LSNV(MSGS), ASDD, MBV, HPV-2, MoV	YHV/GAV, TSV-3, MrNV, HPV, LSNV(MSGS), ASDD, MBV, WSSV, HPV-2, MoV
Indonésia	WSSV, IMNV, TSV-3	LSNV (MSGS), ASDD, HPV-2	TSV-3, LSNV(MSGS), ASDD, WSSV, HPV-2
Vietnã	YHV/GAV, MrNV, IMNV	LSNV(MSGS), ASDD, SRL-B (MHS), EMS	YHV/GAV, MrNV, LSNV(MSGS), ASDD, SRL-B (MHS), EMS
Equador	WSSV, TSV-1, IHNV-1, NHP-B	PVNV, IRIDO, REO-III-V, EstS, TBP	PVNV, TSV-1, IRIDO, REO-III-V, WSSV, EstS
México	YHV/GAV, WSSV, IHNV-1, TSV-2, NHP-B	HRL-B-1, TBP	YHV/GAV, TSV-2, WSSV
Índia	YHV/GAV, MrNV, WSSV	LSNV (MSGS), MBV, IHGS	YHV/GAV, MrNV, LSNV(MSGS), MBV, WSSV, IHGS
Blangadesh	WSSV	LSNV (MSGS)	WSSV, LSNV (MSGS)
Filipinas	YHV/GAV, WSSV, IHNV-1, HPV	LSNV (MSGS), MBV	YHV/GAV, WSSV, HPV, LSNV (MSGS), MBV
Nicarágua	WSSV, TSV-4, NHP-B	PVNV, HPV-3	PVNV, WSSV, HPV-3, TSV-4
Belize	WSSV, TSV-4, IHNV-1, NHP-B	PVNV	TSV-4, WSSV, PVNV
Panamá	WSSV, TSV-1	TBP	WSSV, TSV-1
Colômbia	TSV-1, TSV-4, WSSV, NHP-B	EP-B	TSV-1, EP-B, WSSV, TSV-4
Honduras	WSSV, TSV-1, NHP-B	?	WSSV, TSV-1
Venezuela	WSSV, TSV-1, NHP-B	?	WSSV, TSV-1
Sirilanka	YHV/GAV, WSSV	HPV	YHV/GAV, WSSV, HPV
Austrália	YHV/GAV, WSSV, IHNV-4,	MoV, HPV-1, LPV, SRL-B (MHS)	YHV/GAV, IHNV-4, MoV, HPV-1, LPV, WSSV, SRL-B (MHS)
Outros (Madagascar, Taiwan, Aruba, Peru, Eritrea, Moçambique, El Salvador, Tanzânia, USA, Malásia, Brunei, e Arábia Saudita)	YHV/GAV, WSSV, TSV-1, TSV-2, TSV-3, TSV-4, IHNV-4, IHNV-2, IHNV-3, NHP-B	MBV, BMN, HPV-1, HPV-3, MoV, SRL-B (MHS), TBP, HRL-B, EstS, EMS	YHV/GAV, WSSV, TSV-1, TSV-2, TSV-3, TSV-4, IHNV-4, IHNV-2, IHNV-3, MBV, BMN, HPV-1, HPV-3, MoV, SRL-B (MHS), HRL-B, EstS, EMS.

Por isso reitero o apelo para que cada um de vocês produtores, trabalhadores ou consumidores se engaje nessa luta contra esses arautos do apocalipse, que por trás de suas ações está a defesa dos interesses contrariados de além mar, esperando apenas o momento de dar o bote para liquidar, de forma especial o promissor setor da carcinicultura, representado por 1.540 produtores, que gera 70.000 empregos, diretos e indiretos e, apresenta amplas perspectivas de crescimento.

A Mancha Branca (WSSV), doença mais disseminada e que maiores perdas têm ocasionado à carcinicultura mundial, inclusive presente nos camarões selvagens da Argentina, sobrevive ao processo de congelamento e à estocagem a frio, de modo que seus resíduos ao entrarem nos estuários e mar, contaminam e passam a causar infecções nos camarões cultivados e nas populações naturais de crustáceos (Camarões, Caranguejos e lagostas) do país importador.

Portanto, ao manter a proibição das importações, além da proteção sanitária ao camarão brasileiro, na verdade o Brasil está permitindo a manutenção de dezenas de milhares de emprego e a criação de

novas oportunidades de trabalho, e o que é mais importante, para a maioria absoluta de trabalhadores rurais e pescadores artesanais de baixa qualificação profissional.

Uma das características ímpar da carcinicultura marinha que, por seus sistemas de produção intensiva e semi-intensiva e boa lucratividade em áreas relativamente pequenas, se ajusta como uma luva para a inclusão social no campo com a incorporação da pequena unidade de produção. Prova incontestável disso está nas estatísticas do setor quando revelam que 75% dos produtores de camarão cultivado estão classificados na categoria de micro e pequenos produtores.

Como pode ser visto no site do SITE do MPA, a vasta comitiva do Governo Brasileiro ficou encantada com a visita que fizeram a instalações frigoríficas de pescado na Argentina. Será que algum desses "espertos" em processamento de pescado, já visitou um frigorífico de camarão ou de peixes no Brasil? Claro que não, inclusive porque as mais de 40 Unidades que antes da SEAP-PR, hoje MPA, operavam no Brasil, gerando mais de 20.000 empregos para mulheres, hoje se resumem a pouco mais de uma dezena, mesmo assim, deficitárias.

É amigos leitores, seguindo os passos da nossa Presidenta, que de acordo com o Ministro Crivella, atendeu um apelo da sua colega da Argentina, determinando a compra do camarão *P. muelleri*, o nosso Ministro da Pesca e Aquicultura não se cansa de viajar sempre para comprar mais peixes (Noruega, Argentina e a próxima viagem será à China, Vietnã e Israel, para negociar a importação de tilápia, o outro pilar da Aquicultura brasileira que o MPA seguramente pretende derrubar !!!!. (Tabela 03). Enquanto isso, as Unidades de Beneficiamentos da Potiporã e o da Compescal por exemplos, cada um com capacidade para processar 60.000 kg/dia, que juntas já empregaram 1.200 mulheres em 2003, mas que hoje, pela perda de competitividade das exportações, sem nenhuma preocupação ou intervenção do MPA, teve esse número reduzido para menos de 500 mulheres, que agora correm o risco de perderem seus empregos !!!??.

Tabela 03: ARI Tilápia, www.mpa.gov.br (27/12/2012).

Tilápia: Processo de Análise de Risco de Importação - ARI			
Commodity	Finalidade	Origem	Situação
Alevinos de Tilápia do Nilo (<i>Oreochromis niloticus</i>) originários de aquicultura.	Multiplicação Animal	Singapura	Finalizada
Tilápia (<i>Oreochromis sp.</i>) originária de aquicultura	Consumo humano	Equador	Em andamento
Tilápia (<i>Oreochromis sp.</i>) originária de aquicultura	Consumo humano	Vietnã	Em andamento